

ALEXIS COUTO DE BRITO

EXECUÇÃO PENAL

3.^a edição
revista e atualizada

De acordo com
a Lei que disciplina
o uso de perfil genético
como forma de
identificação criminal
(Lei 12.654/2012)



THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

SUMÁRIO	1
PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO— LUIZ FLÁVIO GOMES.....	9
CAPÍTULO I. NATUREZA, OBJETO E OBJETIVOS DA EXECUÇÃO PENAL.....	23
1. Introdução.....	23
2. Natureza jurídica	26
2.1 Jurisdicionalização da execução da pena	27
2.2 Ação pública	28
2.3 Jurisdição especial	29
3. Objeto da execução	30
4. Objetivos.....	31
4.1 Fins da pena	31
4.2 Fins da execução penal.....	34
5. Jurisprudência selecionada	40
CAPÍTULO II. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO PENAL.....	43
1. Legalidade	43
2. Humanidade	44
3. Isonomia	45
4. Jurisdicionalidade	46
5. Individualização da pena	46
6. Intranscendência ou personalidade.....	47
7. Devido processo legal.....	48
8. Estado de inocência	49
9. Contraditório e ampla defesa.....	50
10. Jurisprudência selecionada	51
CAPÍTULO III. EVOLUÇÃO HISTÓRICA	55

CAPÍTULO IV. APLICAÇÃO DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL	59
1. Nomenclatura: Direito Penitenciário ou Direito da Execução Penal?	59
2. Fontes positivas da Execução Penal	61
2.1 Constituição Federal	61
2.2 Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84)	61
2.3 Código de Processo Penal	61
2.4 Código Penal	62
2.5 Regras Mínimas para o tratamento dos presos	62
2.6 Lei dos Juizados Especiais (Lei 9.099/1995)	63
3. Jurisprudência selecionada	63

CAPÍTULO V. SUJEITOS PASSIVOS DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL.....

1. Preso provisório	65
2. Condenado.....	65
2.1 Classificação do condenado	66
2.2 Exame criminológico	67
2.2.1 Origem histórica do exame e análise crítica.....	69
2.2.2 A falta de exigência legal do exame para progressão	71
2.3 Periculosidade e agente imputável (criminoso “perigoso”).....	73
2.3.1 Identificação do perfil genético do condenado.....	80
2.4 Comissões de classificação	83
2.4.1 Comissão Técnica de Classificação (CTC)	83
2.4.2 Comissão junto ao Juízo da Execução.....	83
2.5 Beneficiário de <i>sursis</i>	83
2.6 Libertado condicionalmente.....	84
2.7 Crime político.....	84
2.8 Crime militar	84
2.9 Crime eleitoral	85
2.10 Crime de competência federal.....	85
3. Submetido à medida de segurança	86
4. Prisão civil	87
5. Prisão administrativa.....	87
6. Egresso	88
7. Estrangeiro	88
7.1 Transferência de estrangeiros para cumprimento da pena em seus países	89
8. Indígena	90
9. Jurisprudência selecionada	90

CAPÍTULO VI. ASSISTÊNCIA AO PRESO	95
1. Assistência material.....	95
2. Assistência à saúde	98
3. Assistência jurídica.....	100
4. Assistência educacional	100
5. Assistência social	102
6. Assistência religiosa	104
7. Assistência ao egresso	105
8. Auxílio-reclusão.....	107
9. Jurisprudência selecionada	109

CAPÍTULO VII. TRABALHO	111
1. Finalidades	111
2. Regras.....	113
3. Remuneração e outros direitos.....	114
4. Remição	117
5. Trabalho interno	117
6. Trabalho externo	118
7. Casos excepcionais	120
7.1 Lei das Contravenções Penais.....	120
7.2 Crime político.....	120
7.3 Submetido à medida de segurança	120
8. Jurisprudência selecionada	121

CAPÍTULO VIII. DEVERES

CAPÍTULO IX. DIREITOS	127
1. Direitos constitucionais fundamentais	129
1.1 Quanto à pena	129
1.2 Quanto à prisão.....	130
1.3 Quanto ao preso condenado	131
2. Direitos das Constituições Estaduais	133
3. Direitos da Lei de Execução Penal.....	139
3.1 Proteção da imagem do condenado	140
3.2 Lazer.....	140
3.3 Visitas.....	141

CAPÍTULO IX. DIREITOS E LIBERDADES	
3.3.1 Visita virtual.....	143
3.3.2 Visitas íntimas.....	144
3.4 Entrevista pessoal e reservada com advogado	147
3.5 Entrevista com o diretor	148
4. Restrição dos direitos	149
5. Direitos retirados	149
6. Direitos suspensos.....	150
6.1 Direitos políticos.....	150
6.2 Direito de dirigir	153
7. Direito de fugir?.....	154
8. Transporte	155
9. Sigilo de correspondência.....	155
10. Jurisprudência selecionada	158
CAPÍTULO X. DISCIPLINA.....	161
1. Tipicidade e anterioridade da infração	162
2. Competência disciplinar	164
3. Faltas graves.....	165
4. Faltas médias e leves	168
5. Sanções.....	169
6. Uso de algemas	171
7. Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	174
7.1 RDD e política criminal	180
8. Recompensas	182
9. Procedimento e aplicação das sanções	183
10. Prescrição da sanção administrativa	185
11. Classificação da conduta carcerária e reabilitação administrativa.....	185
12. Jurisprudência selecionada	186

CAPÍTULO XI. ÓRGÃOS DO SISTEMA DE EXECUÇÃO PENAL	191
1. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP).....	192
2. Departamentos penitenciários.....	193
2.1 Do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).....	193
2.2 Departamentos penitenciários locais.....	194
3. Conselho Penitenciário	194
4. Juízo da execução	196

CAPÍTULO XII. ESTABELECIMENTOS PENAIS	213
1. Classificação e separação	213
2. Instalações especiais	215
3. Local	216
4. Lotação. Vagas	218
5. Estabelecimentos em espécie	219
5.1 Penitenciária (regime fechado).....	220
5.2 Penitenciárias com Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	221
5.3 Penitenciárias federais de segurança máxima	221
5.4 Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru).....	223
5.5 Colônia Penal Agrícola, Industrial ou similar (regime semiaberto)	223
5.6 Casa do Albergado (regime aberto)	224
5.7 Centro de Observação Criminológica	226
5.8 Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico	226

5.9 Ambulatório	227
5.10 Cadeia Pública	227
5.11 Centro de Detenção Provisória	228
6. A iniciativa privada	228
7. Jurisprudência selecionada	230
CAPÍTULO XIII. EXECUÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE....	231
1. “Execução provisória”	232
2. Pena privativa de liberdade	235
3. Guia de recolhimento (carta de guia)	236
4. Liquidação das penas	238
5. Prisão especial	239
6. Regimes.....	241
6.1 Regime fechado.....	244
6.2 Regime semiaberto.....	245
6.3 Regime aberto	245
6.4 Regime aberto domiciliar	246
6.5 Progressão	247
6.6 Regressão	254
7. Remição	257
7.1 A remição pelo trabalho.....	258
7.2 A remição pelo estudo	260
7.3 Procedimento de declaração da remição	261
7.4 Perda dos dias remidos.....	261
8. Detração.....	263
9. Autorizações de saída	264
9.1 Permissão de saída	264
9.2 Saída temporária	266
9.3 Perda do direito à saída	270
9.4 Recuperação do direito à saída	270
10. Alvará de soltura	271
11. Jurisprudência selecionada	271
CAPÍTULO XIV. EXECUÇÃO DA PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	281
1. Código Penal	283
1.1 Prestação pecuniária	283

1.2 Perda de bens e valores	285
1.3 Prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas	285
1.4 Interdição temporária de direitos	286
1.5 Limitação de fim de semana.....	289
2. Lei de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965)	290
3. Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/1990)	291
4. Código de Trânsito (Lei 9.503/1997)	291
4.1 Suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.....	292
4.2 Multa reparatória	292
5. Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998)	294
5.1 Prestação pecuniária	295
5.2 Prestação de serviços à comunidade.....	295
5.3 Interdição temporária de direito	295
5.4 Suspensão de atividades	295
5.5 Recolhimento domiciliar.....	295
5.6 Pessoa jurídica	296
6. Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003)	297
7. Lei de Falência (Lei 11.101/2005)	297
8. Aplicação e execução	298
9. Suspensão da execução das penas restritivas	300
10. Prescrição	300
11. Jurisprudência selecionada	301
CAPÍTULO XV. EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA	303
1. Valor	304
2. Pagamento.....	305
3. Não pagamento	306
4. Suspensão	307
5. Execução	307
6. Prescrição	308
7. Transcendência da pena de multa	308
8. Jurisprudência selecionada	308
CAPÍTULO XVI. MEDIDA DE SEGURANÇA.....	311
1. Aplicação.....	312

2. Espécies	313
3. Prazo	314
4. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável	315
5. Execução	315
6. Cessação da periculosidade.....	316
7. Desinternação ou liberação condicional.....	317
8. Extinção da medida de segurança	318
9. Tratamento médico da Lei 11.343/2006.....	318
10. Jurisprudência selecionada	318

**CAPÍTULO XVII. SUSPENSÃO CONDICIONAL DA EXECUÇÃO DA PENA
(SURSIS)**

1. Período de suspensão.....	322
2. Requisitos.....	323
3. Concessão.....	324
4. Crimes hediondos.....	324
5. Fixação das condições.....	325
6. Condições em espécie	326
6.1 <i>Sursis</i> simples.....	326
6.2 <i>Sursis</i> especial	326
6.3 <i>Sursis</i> etário	327
6.4 <i>Sursis</i> humanitário	327
7. Registro e averbação	327
8. Perda de eficácia	327
9. Fiscalização	328
10. Revogação	329
10.1 Revogação obrigatória	329
10.2 Revogação facultativa	330
11. Prorrogação do período de prova	331
12. Extinção	332
13. Jurisprudência selecionada	332

CAPÍTULO XVIII. LIVRAMENTO CONDICIONAL 335

1. Requisitos.....	336
1.1 Pena mínima igual ou superior a 2 (dois) anos	336
1.2 Cumprimento mínimo da pena	337

1.2.1 Livramento condicional simples ou ordinário.....	337
1.2.2 Livramento condicional especial ou qualificado.....	338
1.2.3 Livramento condicional extraordinário	338
1.3 A soma das penas como base de cálculo para o livramento.....	339
1.4 Comportamento satisfatório e bom desempenho no trabalho	339
1.5 Aptidão para autossubsistência	340
1.6 Reparação do dano	340
1.7 Presunção de não reincidência	341
2. Gravidade do crime.....	342
3. Procedimento para a concessão.....	342
4. Condições	345
4.1 Obter ocupação lícita	346
4.2 Comunicação periódica da ocupação	347
4.3 Prévia autorização para mudança de comarca	347
4.4 Autorização para mudança de endereço	347
4.5 Recolhimento à habitação em hora fixada	348
4.6 Proibição de frequentar determinados lugares	348
4.7 Outras condições	348
5. Acompanhamento	348
6. Suspensão	349
7. Revogação	350
7.1 Revogação obrigatória	350
7.2 Revogação facultativa	351
7.3 Cálculo da pena após a revogação	351
8. Interrupção do prazo	352
9. Prorrogação	352
10. Cumprimento da pena em livramento condicional	353
11. Jurisprudência selecionada	353

CAPÍTULO XIX. MONITORAMENTO ELETRÔNICO 357

1. Possibilidades técnicas.....	358
2. O monitoramento como pena	359
3. Regime fechado e monitoramento	359
4. Prisão preventiva e monitoramento	360
5. O monitoramento na Lei de Execução Penal	361
6. Regulamentação estadual	362

CAPÍTULO XX. INCIDENTES NA EXECUÇÃO	365
1. Conversões	366
1.1 Conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos	366
1.2 Conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	367
1.2.1 Prestação de serviços à comunidade	368
1.2.2 Limitação de final de semana	369
1.2.3 Interdição temporária de direitos	370
1.3 Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança	370
1.4 Conversão do tratamento ambulatorial em internação	372
1.5 Conversão das penas pecuniárias	372
2. Excesso ou desvio	372
3. Anistia	373
4. Indulto	375
5. Graça (indulto individual)	377
6. Comutação da pena	379
7. Delação premiada	379
8. Remição	383
9. RDD (Regime Disciplinar Diferenciado)	383
10. Jurisprudência selecionada	383
 CAPÍTULO XXI. PROCEDIMENTO JUDICIAL	387
1. Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal	387
2. Código Penal e Lei de Execução Penal	388
3. Rito processual	389
4. Recursos	390
4.1 Agravo em execução	390
4.2 Recurso em sentido estrito	392
4.3 Carta testemunhável	393
4.4 Correição parcial	393
4.5 Embargos infringentes	393
5. Mandado de segurança	393
6. Revisão criminal	393
7. <i>Habeas corpus</i>	393
8. Jurisprudência selecionada	394

CAPÍTULO XXII. REABILITAÇÃO	399
1. Natureza	399
2. Competência	400
3. Objeto e alcance	400
4. Requisitos	401
5. Procedimento	402
6. Revogação	404
7. Recursos	404
8. Jurisprudência selecionada	404
 BIBLIOGRAFIA	407
OUTRAS OBRAS DO AUTOR	415